



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2ND CYCLE

MASTER'S DEGREE IN LAW AND LEGAL PRACTICE

Course Unit: CONSTITUTIONAL JUSTICE

Class C

Prof. Dr. E. KAFFT KOSTA

Academic Year 2024/2025

COURSE PROGRAM

- A) STRATEGIC OBJECTIVES OF THE LECTURES:
- B) RESULTS EXPECTED OF MASTER'S STUDENTS:
- C) TOPICS TO BE TAUGHT:
- D) DETAILED PROGRAM:

PROGRAM

2023/2024

CONSTITUTIONAL JUSTICE

Central theme of the course: “Effects of the Declaration of Unconstitutionality by the Constitutional Court (vice, devaluation and sanction)”.

I. Synoptic Overview of Constitutionality Control Systems (a brief jus-comparative look: USA; Austria; France; Portugal; Brazil)

II. The Concept of Unconstitutionality and its Typology (First Lines)

1. Constitutional Guarantee and Tools of Constitutional Guarantee
2. Guarantee of the Constitution and Guarantee of Constitutionality
3. Guarantee and Control
4. Premises of the Classical Theory of Unconstitutionality
5. Topics on the Parametric Value of the Constitution
 - 5.1 Delimiting the Problem
 - 5.2. The Specific Case of Art. 277/1 CRP
 - 5.3. Fundamental Rights and the Control of Constitutionality (*Juicio de Amparo? Verfassungsbeschwerde?*)
 - 5.4 Archetypes of Parametricity (Direct, Interposed and Presupposed)
6. Unconstitutionality of Constitutional Norms?
 - 6.1 Challenge to Otto Bachof
 - 6.2 The Timeline of Portuguese Doctrine
7. Types of Unconstitutionality
 - 7.1 Unconstitutionality by action and omission
 - 7.2 Total and partial unconstitutionality
 - 7.3 Formal, organic and material unconstitutionality

- 7.4 Original and supervening unconstitutionality
- 7.5 Antecedent and consequential unconstitutionality;
- 7.6 Present and past unconstitutionality.
- 8. Monitoring Constitutionality: Types and Reference Criteria
 - 8.1 Political Review and Judicial Review
 - 8.2 Diffuse Review
 - 8.3 Concentrated control
 - 8.4 Control of Acts (which acts?) vs. Control of Norms (what concept of norm)- [Rulings 26/85 and 80/86 - functional concept of norm; Ac. 1058/96 - external normative efficacy as a requirement for unbiasedness]
 - 8.5 Incidental review
 - 8.6 Control by principal means
 - 8.7 Preventive (Abstract) Control
 - 8.8 Successive Abstract Control
 - 8.9 Concrete Successive Review [admissibility requirements: Ac. 155/2000; Ac. 446/2000 - surprise decision; Ac. 362/2000 - untimeliness of the appeal].
 - 8.9.1 Procedural *Iter* of the Constitutionality Appeal
 - 8.10. The Portuguese Model (synopsis)
 - 8.11 Control of Unconstitutionality by Omission (the Portuguese and Brazilian models)
 - 8.12. Control of the illegality of Legislative Acts

III. Effects of the Declaration of Unconstitutionality by the Constitutional Court (vice, disvalue and sanction)

- 9. In the Matter of Preventive Inspection (Abstract) - critical reflections
- 10. In the context of Successive Abstract Control (Radical nullity? Atypical nullity? Manipulative sentence?) - critical reflections
 - 10.1 Temporal modulation of the sanction.
 - 10.2 The decision with additive effects
 - 10.3 The interpretative decision of acceptance (qualitative partial unconstitutionality)

10.4 The interpretative decision to reject (the *topos* of interpretation in conformity with the constitution)

10. Written test (1st hour)

IV. Effects of Decisions by Courts Other Than the Constitutional Court on Constitutionality

V. Breviary of Constitutional Hermeneutics

- Basic Bibliography:

MIRANDA, Jorge - **Fiscalização da Constitucionalidade**. Coimbra: Almedina, 2017.

MORAIS, Carlos BLANCO de - **Justiça Constitucional** - Tomo I, 2.^a ed. Coimbra:

Coimbra Editora, 2007.

Justiça Constitucional - Tomo II, 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

- Recommended Bibliography:

CANOTILHO, J. J. GOMES - **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7.^a ed.

Coimbra: Almedina, 2004.

SOUSA, Marcelo REBELO de - **O Valor Jurídico do Acto Inconstitucional**. Lisboa:

Cognitio, 1989.

OTERO, Paulo - **Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional**. Lisboa: Lex, 1993.

MEDEIROS, Rui - **A decisão de inconstitucionalidade**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.

NOVAIS, Jorge REIS - **Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade**. 2.^a ed. Lisboa: AAFDL, 2019.

VALLE, Jaime – **A Fiscalização Preventiva no Sistema Português de Controlo da Constitucionalidade**. Coimbra: Almedina, 2021.

CANAS, Vitalino - **Os Processos de Fiscalização da Constitucionalidade e da Legalidade pelo Tribunal Constitucional**. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

KOSTA, E. KAFFT - **Sistemas de Governo na Lusofonia – Zonas e Relações de Poder.**

reimp. Lisboa: AAFDL Editora, 2019.

KOSTA, E. KAFFT - O Recurso de Amparo e o seu Lugar no “Direito Constitucional Lusófono”. **Direito em Movimento: Um outro Direito é possível** [em linha]. vol. 21: 1 (2023) pág. 56-78, actual. Junho 2023. [consult. 12 Junho 2023]. Disponível em WWW:<URL://<https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/470>>. ISSN 2238-7110.

CASTRO, Raquel Alexandra Brízida - Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias, in **Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda**, Volume III. Coimbra: Coimbra Editora, p. 471-512.

KELSEN, Hans - La Garantie Juridictionnelle de la Constitution (La justice constitutionnelle). In **Revue du Droit Public**, 1928, p. 197 ss.

BARROSO, Luís Roberto - **O Controlo da Constitucionalidade no Direito Brasileiro**, 8.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2019.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2.º CICLO

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

Unidade Curricular: ***JUSTIÇA CONSTITUCIONAL***

Turma C

Regente: Prof. Doutor E. **KAFFT KOSTA**

Ano Lectivo 2024/2025

PROGRAMA DO CURSO

- A) OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DAS PRELECCÕES:**

- B) RESULTADOS QUE SE ESPERAM DOS MESTRANDOS:**

- C) TÓPICOS A LECCIONAR:**

- D) PROGRAMA DETALHADO:**

PROGRAMA

2023/2024

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

Tema central do curso: « Efeitos da Declaração da Inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional (vício, desvalor e sanção)».

I. Visão Sinóptica dos Sistemas de Fiscalização da Constitucionalidade (um breve olhar juscomparativo: EUA; Áustria; França; Portugal; Brasil)

II. Conceito de Inconstitucionalidade e Respectiva Tipologia (Primeiras Linhas)

1. Garantia Constitucional e Meios de Garantia Constitucional
2. Garantia da Constituição e Garantia da Constitucionalidade
3. Garantia e Fiscalização
4. Premissas da Teoria Clássica da Inconstitucionalidade
5. Tópicos Sobre o Valor Paramétrico da Constituição
 - 5.1. Delimitação do Problema
 - 5.2. O Caso Específico do art. 277/1 CRP
 - 5.3. Os Direitos Fundamentais e o Controlo da Constitucionalidade (*Juicio de Amparo? Verfassungsbeschwerde?*)
 - 5.4. Arquétipos de *Parametricidade* (*Directa, Interposta e Pressuposta*)
6. Inconstitucionalidade de Normas Constitucionais?
 - 6.1. Interpelação a Otto Bachof
 - 6.2. A Linha do Tempo da Doutrina Portuguesa
7. Tipos de Inconstitucionalidade
 - 7.1. Inconstitucionalidade por acção e por omissão;
 - 7.2. Inconstitucionalidade total e parcial;
 - 7.3. Inconstitucionalidade formal, orgânica e material;
 - 7.4. Inconstitucionalidade originária e superveniente;

- 7.5. Inconstitucionalidade antecedente e consequente;
- 7.6. Inconstitucionalidade presente e pretérita.
- 8. Fiscalização da Constitucionalidade: Espécies e Critérios de Referência
 - 8.1. Fiscalização Política e Fiscalização Jurisdicional
 - 8.2. Fiscalização Difusa
 - 8.3. Fiscalização Concentrada
 - 8.4. Fiscalização de Actos (que actos?) *vs.* Fiscalização de *Normas* (que conceito de *norma*)- [Ac. 26/85 e 80/86 - conceito funcional de norma; Ac. 1058/96 - eficácia normativa externa enquanto requisito de sindicabilidade]
 - 8.5. Fiscalização por Via Incidental
 - 8.6. Fiscalização por Via Principal
 - 8.7. Fiscalização Preventiva (Abstracta)
 - 8.8. Fiscalização Sucessiva Abstracta
 - 8.9. Fiscalização Sucessiva Concreta [pressupostos de admissibilidade: Ac. 155/2000; Ac. 446/2000 - decisão-surpresa; Ac. 362/2000 - extemporaneidade do recurso;]
 - 8.9.1. *Iter* Processual do Recurso de Constitucionalidade
 - 8.10. O Modelo Português (sinopse)
 - 8.11. Fiscalização da Inconstitucionalidade por Omissão (os modelos português e brasileiro)
 - 8.12. Fiscalização da ilegalidade de Actos Legislativos

III. Efeitos da Declaração da Inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional (vício, desvalor e sanção)

- 9. Em Sede de Fiscalização Preventiva (Abstracta) - reflexões críticas
- 10. Em Sede de Fiscalização Sucessiva Abstracta (Nulidade radical? Nulidade atípica? *Sentença manipulativa?*) - reflexões críticas
 - 10.1. A modulação temporal da sanção.
 - 10.2. *A decisão com efeitos aditivos*
 - 10.3. *A decisão interpretativa de acolhimento (a inconstitucionalidade parcial qualitativa)*

- d) *A decisão interpretativa de rejeição* (o *topos* da interpretação conforme à constituição)

11. Exercício Escrito (1.ª hora)

IV. Efeitos da Decisão de Outros Tribunais (que não o Tribunal Constitucional) em Matéria de Constitucionalidade

V. Breviário de Hermenêutica Constitucional

- **Bibliografia de Base:**

MIRANDA, Jorge - **Fiscalização da Constitucionalidade**. Coimbra: Almedina, 2017.

MORAIS, Carlos BLANCO de - **Justiça Constitucional** - Tomo I, 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

Justiça Constitucional - Tomo II, 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

- **Bibliografia Recomendada:**

CANOTILHO, J. J. GOMES - **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7.ª ed. Coimbra: Almedina, 2004.

SOUSA, Marcelo REBELO de - **O Valor Jurídico do Acto Inconstitucional**. Lisboa: Cognition, 1989.

OTERO, Paulo - **Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional**. Lisboa: Lex, 1993.

MEDEIROS, Rui - **A decisão de inconstitucionalidade**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.

NOVAIS, Jorge REIS - **Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade**. 2.ª ed. Lisboa: AAFDL, 2019.

VALLE, Jaime – **A Fiscalização Preventiva no Sistema Português de Controlo da Constitucionalidade**. Coimbra: Almedina, 2021.

CANAS, Vitalino - **Os Processos de Fiscalização da Constitucionalidade e da Legalidade pelo Tribunal Constitucional**. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

KOSTA, E. KAFFT - **Sistemas de Governo na Lusofonia – Zonas e Relações de Poder**. reimp. Lisboa: AAFDL Editora, 2019.

KOSTA, E. KAFFT - O Recurso de Amparo e o seu Lugar no “Direito Constitucional Lusófono”. **Direito em Movimento: Um outro Direito é possível** [em linha]. vol. 21: 1 (2023) pág. 56-78, actual. Junho 2023. [consult. 12 Junho 2023]. Disponível em WWW:<URL://<https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/470>> . ISSN 2238-7110.

CASTRO, Raquel Alexandra Brízida - Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias, in **Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda**, Volume III. Coimbra: Coimbra Editora, p. 471-512.

KELSEN, Hans - La Garantie Juridictionnelle de la Constitution (La justice constitutionnelle). In **Revue du Droit Public**, 1928, p. 197 ss.

BARROSO, Luís Roberto - **O Controlo da Constitucionalidade no Direito Brasileiro**, 8.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2019.